

OPERACIONALIZAÇÃO DO  
REBATE ADMINISTRATIVO – LEI  
13.340/2016

Márcio Renee Rodrigues – DNOCS – DA/SCA

# OBJETIVO

Preparar os participantes para atuarem como facilitadores e multiplicadores na solicitação de rebate administrativo, nos perímetros públicos de irrigação.

# CONTEÚDO

1. Pontos básicos da legislação (Lei nº 13.340/2016 e Portaria DG nº 141/2017).
2. Instrução processual.
3. Tipos de contratos elegíveis.
4. Situações especiais.

# PARTE 1: PONTOS BÁSICOS DA LEGISLAÇÃO

# O DIREITO CONCEDIDO

Art. 1º Aprovar os critérios e procedimentos operacionais complementares de que trata o art. 10 do [Decreto nº 8.929, de 09 de dezembro de 2016](#), que regulamentou a Lei nº 13.340, de 26 de setembro de 2016, e que autorizou a liquidação das dívidas de **pessoas físicas** referentes à **venda de lotes para titulação** e à tarifa de uso ou amortização das infraestruturas de irrigação de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação (**Tarifa K1**), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, conforme o art. 13 da referida lei.

# OS BENEFICIÁRIOS

- Irrigantes pessoas físicas com dívidas vencidas.
- Exclui pessoas jurídicas (mesmo com a baixa do CNPJ).
- Exclui parcelas vincendas (parcelamento administrativo é exceção).
- Não exclui lotes empresariais.

# NATUREZA DAS DÍVIDAS

- Venda de lotes para titulação.
- Uso da infraestrutura de uso comum – Tarifa K1 (as Portarias do DNOCS são recentes).
- Não engloba kits de irrigação “*on farm*”.
- Não abrange concessões de uso com natureza de arrendamento.

# CONDIÇÕES PARA O REBATE

- O primeiro contrato ter sido assinado até a data-limite de 31 de dezembro de 2011 (Art. 1º, Lei nº 13.340).
- As faixas são regressivas de acordo com o valor originalmente contratado e a data de assinatura do contrato (Art. 1º, Lei nº 13.340).
- Para efeito de apuração do percentual de desconto, os valores originalmente contratados são somados (DC 8.929).



# FAIXAS DE DESCONTO - RESUMO

Parcela da dívida	Contratadas até 31/12/2006		Contratadas entre 01/01/2007 e 31/12/2011	
	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**
Faixa	1	2	3	4
até 15.000	95%	85%	50%	40%
entre 15.000 e 35.000	90%	80%	40%	30%
entre 35.000 e 100.000	85%	75%	35%	25%
entre 100.000 e 500.000	80%	70%	25%	20%
acima de 500.000	60%	50%	15%	10%

\* Grupo 1: Empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene.

\*\* Grupo 2: Empreendimentos localizados nas demais regiões.

# O DIREITO AO PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO

- Os irrigantes que fazem jus aos benefícios mencionados no art. 1º da Lei nº 13.340/2016 poderão solicitar o parcelamento administrativo dos seus débitos, nos termos da Portaria nº 99 de 31 de março de 2014 (Portaria 141, Art. 6º, parágrafo único).
- Quantidade de parcelas mensais: no máximo, 60.
- Valor mínimo não pode ser menor do que R\$ 200,00.

# RESUMO DA PARTE 1

- O rebate é destinado a pessoas físicas.
- Incide apenas sobre dívidas vencidas.
- Abrange lotes e Tarifa K1.
- O primeiro contrato deve ter sido assinado até a data-limite de 31 de dezembro de 2011.
- Os percentuais de desconto são regressivos.
- É permitido o parcelamento administrativo.

# PARTE 2: INSTRUÇÃO PROCESSUAL

# FASE DE REQUERIMENTO

- Abertura do processo.
- Preenchimento dos modelos (anexos da Lei): pedido de rebate administrativo, declaração de inexistência de ação contestando crédito ou de embargos opostos e termo de confissão de dívida.
- Documentos pessoais: documento de identificação com foto, CPF e comprovante de endereço.
- Cópia do contrato mais antigo.

# FASE DE REQUERIMENTO

- Procuração, se for o caso, será sempre pública e específica.
- No caso de irrigante titular falecido, certidão de óbito.
- Na ausência de inventário, declaração de anuência dos herdeiros.

# FASE DE ANÁLISE – DA/SCA

- Se o requerimento estiver em conformidade com a legislação, os demonstrativos são inseridos.
- O cálculo é efetuado a partir das planilhas da STN.
- A GRU é emitida, com prazo de vencimento de 30 dias, contados a partir da data de emissão.
- No caso de documentação incompleta ou com vício sanável: o requerente será informado por e-mail (obrigatório).
- No caso de pedido improcedente: emissão de ofício informando.

# FASE CONCLUSIVA – APÓS O PAGAMENTO

- Preenchimento do termo de confissão de dívida (documento SEI).
- Envio para a assinatura (liberação de usuário externo).
- Preenchimento do parecer (documento SEI).
- Encaminhamento do termo de confissão de dívida para assinatura do Diretor Administrativo.



# PARTE 3: TIPOS DE CONTRATOS ELEGÍVEIS

# TIPOS DE CONTRATOS – MAIS RECENTES

- Escritura Pública de Compra e Venda (desde que seja o contrato mais antigo).
- CDRU (deve ser acompanhada da memória de cálculo).
- Instrumento Particular de Compra e Venda (constam poucos exemplares no Sistema Apoena).

# TIPOS DE CONTRATOS – MAIS ANTIGOS

- Contrato de Promessa de Compra e Venda (deve ser atualizado por índice oficial).
- Concessão de Uso: tinha o objetivo de qualificar o irrigante para a prática da agricultura irrigada e de sequeiro (prazo de vigência de 05 anos, sendo que, ao final, previa a celebração do Contrato de Promessa de Compra e Venda).
- Contrato Experimental: o objetivo era verificar a aptidão para a atividade agrícola (não possui o valor de alienação do lote ou taxa de concessão).

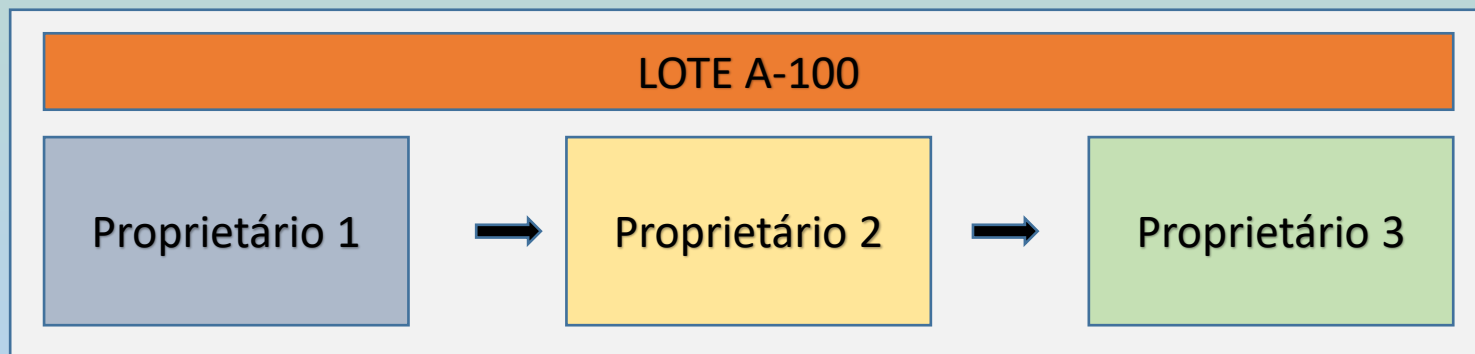
# TIPOS DE CONTRATOS – APURAÇÃO DO DÉBITO

- Contrato de Promessa de Compra e Venda: adoção de índice oficial (normalmente INPC).
- Contrato de Concessão de Uso: valor adotado pelo DNOCS nas tabelas vigentes (as taxas de concessão não eram relativas ao valor do hectare).
- Contrato Experimental: valor adotado pelo DNOCS nas tabelas vigentes (esse tipo de contrato não previa sequer pagamento da taxa de concessão).
- Em qualquer um, o rebate abrange apenas os itens presentes no contrato.

# PARTE 4: SITUAÇÕES ESPECIAIS

# TRANSFERÊNCIAS DE LOTES

- **Com anuência do DNOCS**: “No caso de lotes transferidos nos perímetros públicos de irrigação, para os efeitos da concessão de rebate, a data a ser considerada é a do contrato original”. Portaria DG nº 141, Art. 6º, § 1º.



- **Sem anuência do DNOCS**: indeferimento por falta de instrumento hábil para o cálculo do percentual de desconto (objeto de consulta à AGU).

# PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO

- Os irrigantes que atendam aos critérios estabelecidos na Lei nº 13.340/2016 e que fizeram o parcelamento administrativo concedido pela Portaria nº 99, de 31 de março de 2014, terão direito ao rebate mencionado no artigo anterior, incidente sobre o total vencido das parcelas anuais e sobre o saldo devedor das parcelas mensais. Portaria DG nº 141, Art. 5º.
- Os irrigantes que fazem jus aos benefícios mencionados no art. 1º da Lei nº 13.340/2016 poderão solicitar o parcelamento administrativo dos seus débitos, nos termos da Portaria nº 99 de 31 de março de 2014. Portaria DG nº 141, Art. 5º, Parágrafo único.

# PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO

Parcela	Vencimento	Valor principal	c/ IPCA	Juros	J. Mora	Multa	TOTAL	Status
1	31/10/2016	13.819,81	---	---	---	---	---	NEGOCIADA
2	31/10/2017	13.819,81	---	---	---	---	---	NEGOCIADA
3	31/10/2018	13.819,81	28.723,95	6.774,05	10.641,25	276,40	46.415,64	VENCIDA
4	31/10/2019	13.819,81	28.723,95	5.944,86	8.982,88	276,40	43.928,08	VENCIDA
5	31/10/2020	13.819,81	28.723,95	5.115,67	7.324,50	276,40	41.440,51	VENCIDA
6	31/10/2021	13.819,81	28.723,95	4.286,48	5.666,12	276,40	38.952,95	VENCIDA
7	31/10/2022	13.819,81	28.723,95	3.457,29	4.007,74	276,40	36.465,38	VENCIDA
8	31/10/2023	13.819,81	28.723,95	2.628,10	2.349,37	276,40	33.977,81	VENCIDA
9	31/10/2024	13.819,81	28.723,95	1.798,92	690,99	276,40	31.490,25	VENCIDA
10	31/10/2025	13.819,81	28.723,95	242,43	0,00	0,00	28.966,38	À Vencer
11	31/10/2026	13.819,81	28.723,95	0,00	0,00	0,00	28.723,95	À Vencer
12	31/10/2027	13.819,81	28.723,95	0,00	0,00	0,00	28.723,95	À Vencer



# IRRIGANTES SEM CONTRATO

- Indeferimento por falta de instrumento hábil para o cálculo do percentual de desconto (objeto de consulta à AGU).
- A ficha cadastral como base para a concessão do rebate: tais documentos não substituem o contrato previsto em lei, nem se teria como agora celebrá-los, dando-lhes efeitos retroativos. (objeto de consulta à AGU).
- Apuração do percentual de desconto a partir da data do edital de licitação dos lotes: AGU apontou falta de amparo jurídico.
- Mudança de lote sem a celebração de um novo contrato: não faz jus ao direito ao rebate.

OBRIGADO A TODOS PELA ATENÇÃO!